

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 342/2025

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2025.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| | |
|---|-------------------------------|
| Nome: LELIS EMPREENDIMENTOS E LOTEAMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA | CPF/CNPJ: 01.303.071/0001-26 |
| Endereço: Rua Giuseppe Urani, nº 111 - sala F | Bairro: Polo Moveleiro |
| Município: UBERLÂNDIA | UF: MG |
| Telefone: 34 99961 1383 34 3228 9573 | E-mail: cerradoempe@gmail.com |
| CEP: 38402-359 | |

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

| | |
|------------|-----------|
| Nome: | CPF/CNPJ: |
| Endereço: | Bairro: |
| Município: | UF: |
| Telefone: | E-mail: |
| CEP: | |

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

| | |
|---|------------------------------|
| Denominação: FAZENDA TERRA BRANCA GLEBAS 01B, 01C e 02A | Área Total (ha): 77,585431ha |
| Registro nº: Matrículas 230.333, 235.509 e 235.510 | Município/UF: Uberlândia/MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-4C60.FA37.3EF1.454F.A1F8.19D3.4B10.F61B | |

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade |
|---|--------------------------|-------------------|
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 13,1467 | Hectares |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | 405 árvores - 37,4733 ha | Unidades/hectares |

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

| Tipo de Intervenção | Quantidade | Unidade | Fuso | Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000) | |
|---|--------------------------|-------------------|------|---|--------------|
| | | | | X | Y |
| Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo | 13,1467 | Hectares | 22K | 794.437,59 | 7.911.292,35 |
| Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas | 405 árvores - 37,4733 ha | Unidades/hectares | 22K | 794.188,80 | 7.911.519,72 |

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| Uso a ser dado a área | Especificação | Área (ha) |
|-----------------------|---|-----------|
| Centro logístico | Construção de Centro/Complexo Logístico | 50,62 |

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| Bioma/Transição entre Biomas | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional (quando couber) | Área (ha) |
|------------------------------|----------------------|--|-----------|
| Bioma Cerrado | cerradão | supressão para uso alternativo do solo | 13,1467 |
| Bioma Cerrado | cerradão | Corte de árvores isoladas | 37,4733 |

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
|----------------------------|---------------|------------|---------|
| Lenha de Floresta Nativa | Lenha | 937,15 | m³ |
| Madeira de Floresta Nativa | Madeira | 165,37 | m³ |

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 01/12/2025

Data da vistoria: 17/12/2025

Data de solicitação de informações complementares:

Data do recebimento de informações complementares:

Data de emissão do parecer técnico: 18/12/2025

2. OBJETIVO

A Empresa Lelis Empreendimentos e Loteamentos Imobiliários Ltda requer uma supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em 13,1467 hectares e o corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733 ha, totalizando uma intervenção de 50,62 ha, a solicitação de intervenção ambiental tem por objetivo permitir a implantação de um Centro/Complexo Logístico, cuja atividade demanda a conversão do uso atual do solo para fins operacionais compatíveis com armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

A Empresa Lelis Empreendimentos e Loteamentos Imobiliários Ltda localiza-se na zona rural do município de Uberlândia/MG, sendo composta pelas matrículas 230.333, 235.509 e 235.510, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis de Uberlândia/MG, com área total de 77,585431 ha. O imóvel possui reserva legal proposta no CAR e o CAR averbado na matrícula do imóvel e está localizado no Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito e cerrado.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-4C60.FA37.3EF1.454F.A1F8.19D3.4B10.F61B

- Área total: 77,7874 ha

- Área de reserva legal: 15,9020 ha

- Área de preservação permanente: 9,6286 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 39,5922 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: Conforme matrículas AV-12-230.333, AV-7-235.509 e AV-10-235.510 do CRI de Uberlândia - MG.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 05 Fragmentos

- Parecer sobre o CAR: A localização e a composição das áreas de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento das intervenções requeridas.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Conforme requerimento apresentado, o empreendedor solicita a autorização para supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em 13,1467 hectares e o corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733 ha, totalizando uma intervenção de 50,62 ha, a solicitação de intervenção ambiental tem por objetivo permitir a implantação

de um Centro/Complexo Logístico, cuja atividade demanda a conversão do uso atual do solo para fins operacionais compatíveis com armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias.

Taxa de Expediente - CAI: R\$ 896,02 - 14/11/2025

Taxa de Expediente - UAS: R\$ 763,28 - 14/11/2025

Taxa florestal Madeira: R\$ 8.552,09 - 14/11/2025

Taxa florestal Lenha: R\$ 7.256,73 - 14/11/2025

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23140084 - UAS e 23140076 - CAI

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária para conservação da Biodiversitas.

- Unidade de conservação: Não se aplica

- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica

- Outras restrições: Não se aplica

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Construção de Centro/Complexo Logístico

- Atividades licenciadas: Construção de Centro/Complexo Logístico

- Classe do empreendimento: 1

- Critério locacional: 0

- Modalidade de licenciamento: Não passível de licenciamento

- Número do documento: Empreendimento não passível de licenciamento conforme DN217/17.

4.3 Vistoria realizada:

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para as intervenções requeridas, devido a necessidade de implantação de um Centro/Complexo Logístico, cuja atividade demanda a conversão do uso atual do solo para fins operacionais compatíveis com armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias.

Para a área de supressão o Decreto 47.580/2018, artigo 26 traz estimativas de rendimento para fitofisionomias florestais de vegetação nativa, sendo assim foram consideradas no rendimento lenhoso das áreas de supressão, ressalta-se que essas áreas de supressão são fragmentos remanescentes, isolados e em área comum, sendo os estudos de flora realizados pelo Biólogo Erick de Almeida e pela Engenheira Florestal Lilian Lemos de Souza. A área a ser suprimida foi dividida em 4 parcelas de 10.000 metros quadrados cada, distribuídos em pontos estratégicos da propriedade, conforme mapa apresentado e coordenadas geográficas, fechando um quadrante que traz a realidade mais próxima do maciço florestal, sendo o volume estimado da supressão de 3.227,58 m³ de lenha nativa. Em relação ao corte de árvores foi realizado o censo florestal 100% identificando todas as espécies com DAP e CAP dentro dos parâmetros exigidos pela legislação, sendo o volume estimado de 333,09 m³ de lenha nativa. Já para o corte de árvores isoladas foi utilizado o censo florestal 100%, conforme descrito nos estudos e no PIA apresentado.

No inventário florestal (supressão de vegetação) apresentado foram identificadas espécies protegidas por Lei, porém não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. Tanto no inventário Florestal quanto no Censo 100% não foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022, caso sejam identificadas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área.

No Censo Florestal 100% (corte de árvores isoladas) foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 31 (trinta e um) Pequi, que serão suprimidos conforme determina a Lei, sendo realizada a compensação na forma de plantio, conforme PTRF apresentado, nas seguinte proporção 5:1 para o Pequi.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 3.560,67 m³ de lenha nativa, sendo destinados parte para ser usado dentro da propriedade, parte para comercialização e parte incorporado ao solo, conforme preconiza o Decreto 47.749/2019 no seu artigo 21, § 1º.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Possui topografia plana a levemente ondulada, variando de 0 a 15%.

- Solo: Latossolo Vermelho Distrófico

- **Hidrografia:** A propriedade possui um manancial hídrico, o Córrego Terra Branca que por sua vez estão inseridos na microbacia do Rio Araguaí, Bacia Estadual do Paranaíba e bacia hidrográfica Federal do Paraná.

4.3.2 Características biológicas:

- **Vegetação:** A vegetação do empreendimento se caracteriza pelo Bioma Cerrado com fitofisionomia de cerrado sentido restrito.

- **Fauna:** A fauna local é típica de cerrado, com a Ictiofauna constituída por diversos tipos de peixes como: lambari, piauí, traíras, bagres, e outros, mastofauna: tamanduás, tatu, cateto, lobo guará, suçuarana etc, ornitofauna: pássaro preto, lavadeira-mascarada, canarinhos da terra, sabiá, emas, seriemas etc

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Não se aplica

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para as intervenções requeridas, devido a necessidade de implantação de novas áreas de culturas anuais e dos devidos tratamentos culturais necessários para enriquecimento do solo. Cabe ressaltar que as áreas de reserva legal estão devidamente averbadas junto às matrículas dos imóveis, conforme determina a legislação vigente. A seguir quadro de áreas da reserva legal por matrícula.

| Matrícula | Área Total | Reserva Legal | RL compensatória |
|-----------|--------------|---------------|---|
| 230.333 | 58,0564 ha | 11,87 ha | 1,21 ha da matrícula 235.509 |
| 235.509 | 13,533951 ha | 3,14 ha | |
| 235.510 | 5,995080 ha | 1,29 ha | |
| TOTAL | 77,585431 | 16,30 ha | 17,51 ha não inferior aos 20% da área total dos imóveis |

Para a área de supressão o Decreto 47.580/2018, artigo 26 traz estimativas de rendimento para fitofisionomias florestais de vegetação nativa, sendo assim foram consideradas no rendimento lenhoso das áreas de supressão, ressalta-se que essas áreas de supressão são fragmentos remanescentes, isolados e em área comum, sendo os estudos de flora realizados pelo Biólogo Leandro Barbosa de Souza. A área a ser suprimida foi dividida em 6 parcelas de 400 metros quadrados cada, distribuídos em pontos estratégicos da propriedade, conforme mapa apresentado e coordenadas geográficas, fechando um quadrante que traz a realidade mais próxima do maciço florestal, sendo o volume estimado da supressão de 943,01 m³ de lenha nativa. Em relação ao corte de árvores isoladas foi realizado o censo florestal 100% identificando todas as espécies com DAP e CAP dentro dos parâmetros exigidos pela legislação, sendo o volume estimado de 159,51 m³ de lenha nativa, conforme descrito nos estudos e no PIA (129001941) apresentado.

No inventário florestal (supressão de vegetação) apresentado foram identificadas espécies protegidas por Lei, porém não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas, conforme disposto na Lei 20.922/2013.

Tanto no inventário Florestal quanto no Censo 100% não foram encontradas espécies em extinção, considerando a Portaria Ibama nº 148/2022, caso sejam identificadas não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área.

No Censo Florestal 100% (corte de árvores isoladas) foram identificadas espécies protegidas por Lei, sendo 10 (dez) Pequi e 7 (sete) Ipê Amarelo, que serão suprimidos conforme determina a Lei, sendo a compensação pecuniária da metade dos Pequi (05) no valor de 100 UFEMG cada espécie com o recolhimento de R\$ 2.765,50 no dia 19/12/2025, a outra metade (05) realizada a compensação na forma de plantio na proporção de 5:1, juntamente com o plantio dos Ipês Amarelo na proporção de 5:1, conforme PTRF apresentado, que terá sua execução e evolução condicionados nesta autorização.

Como medida compensatória pelo corte de espécies protegidas foi apresentado um PTRF na forma de plantio que contempla o plantio de 60 mudas de espécies nativas, sendo 35 mudas de Ipê Amarelo e 25 mudas de Pequi, em uma área de 0,054 ha nas geográficas da UTM 22K X 794.096,76 e Y 7.911.363,33.

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, com prazo de um mês após a supressão.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 943,01 m³ de lenha nativa e 165,37 m³ de madeira nativa, sendo destinados para doação.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes das intervenções requeridas, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo

a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

Exemplo de medidas mitigadoras:

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Manter e preservar espécies protegidas por Lei dentro das áreas de supressão de vegetação nativa. Somente está sendo autorizado o corte de espécies protegidas por Lei no caso de corte de árvores isoladas, sendo 10 Pequi e 07 Ipê Amarelo, conforme descrito neste parecer.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pela empreendedora **LELIS EMPREENDIMENTOS E LOTEAMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** conforme consta nos autos, para supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 13,1467ha e corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733ha, no empreendimento Fazenda Terra Branca – Glebas 01B, 01C e 02A localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrículas nº. 230.333, 235.509 e 235.510 do CRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 – A propriedade possui área total de 77,585431ha, e possui reserva legal preservada, averbada, proposta e informada no CAR, dentro do imóvel. A localização e a composição das áreas de Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

Foi apresentado o protocolo de cadastro do projeto no sinaflor nº 23140084 - UAS e 23140076 - CAI.

3 – As intervenções tem por finalidade a autorização para supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em 13,1467 hectares e o corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733 ha, totalizando uma intervenção de 50,62 ha, a solicitação de intervenção ambiental tem por objetivo permitir a implantação de um Centro/Complexo Logístico, cuja atividade demanda a conversão do uso atual do solo para fins operacionais compatíveis com armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental, para “Construção de Centro/Complexo Logístico”, conforme informado no requerimento de intervenção ambiental anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, mapa, CAR, protocolo sinaflor, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 13,1467ha e corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerrado stricto sensu, fora de área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

A análise técnica considerou os estudos apresentados, as vistorias realizadas e as informações obtidas pelo sistema IDE-SISEMA, verificando que não há restrições legais ou ambientais para a supressão de 13,1467 ha de vegetação nativa e o corte de 405 árvores isoladas em 37,4733 ha, totalizando 50,62 ha de intervenção. Foram observados os parâmetros legais de inventário florestal e censo 100%, com identificação de espécies protegidas que não poderão ser suprimidas, além da inexistência de espécies ameaçadas de extinção conforme a Portaria Ibama nº 148/2022. O material lenhoso resultante foi devidamente quantificado e terá destinação conforme a legislação vigente, parte para uso interno, parte para comercialização, parte para doação e parte incorporada ao solo.

As medidas compensatórias foram definidas em conformidade com a legislação, incluindo plantio de mudas nativas em proporção adequada (5:1 para Pequi e Ipê Amarelo), compensação pecuniária e apresentação de PTRF, além da exigência de relatório de fauna e programa de afugentamento. As áreas de reserva legal estão devidamente averbadas nas matrículas dos imóveis, garantindo a regularidade ambiental da propriedade. Diante da necessidade de implantação do Centro/Complexo Logístico e da compatibilidade da intervenção com os dispositivos legais, concluiu-se pelo **deferimento total** do requerimento, assegurando que a conversão do uso do solo atende às exigências técnicas e normativas aplicáveis.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 100ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório, contendo a descrição das ações de afugentamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 13,1467ha e corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativa vivas em uma área de 37,4733ha, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca e corte de árvores isoladas nativa vivas, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo em 13,1467 hectares e o corte de 405 (quatrocentos e cinco) árvores isoladas nativas vivas em uma área de 37,4733 ha, totalizando uma intervenção de 50,62 ha, a solicitação de intervenção ambiental tem por objetivo permitir a implantação de um Centro/Complexo Logístico, cuja atividade demanda a conversão do uso atual do solo para fins operacionais compatíveis com armazenagem, movimentação e distribuição de mercadorias, localizada na Fazenda Embaúbas, matrícula 92.212, zona rural do município de Veríssimo - MG.

O material lenhoso estimado das intervenções solicitadas é de 943,01 m³ de lenha nativa e 165,37 m³ de madeira nativa, sendo destinados para doação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Como medida compensatória pelo corte de espécies protegidas foi apresentado um PTRF na forma de plantio que contempla o plantio de 60 mudas de espécies nativas, sendo 35 mudas de Ipê Amarelo e 25 mudas de Pequi, em uma área de 0,054 ha nas geográficas da UTM 22K X 794.096,76 e Y 7.911.363,33.

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal - R\$ 36.588,23 - 19/12/2025

Taxa Pró Pequi - 05 pequi - R\$ 2.765,50 - 19/12/2025

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Comprovar a execução e a evolução do PTRF apresentado nos estudos que contempla o plantio de 60 mudas de espécies nativas, sendo 35 mudas de Ipê Amarelo e 25 mudas de Pequi, em uma área de 0,054 ha nas geográficas da UTM 22K X 794.096,76 e Y 7.911.363,33. Ficando condicionado nessa autorização a comprovação, através de relatório técnico fotográfico, a execução e evolução do plantio, sendo que o primeiro relatório deverá ser protocolado seis meses após o plantio e os demais anualmente por um período mínimo de cinco anos.

Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PTRF, durante a vigência da autorização.

Apresentar relatório de fauna e programa de afugentamento, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF, 60 dias após a supressão.

No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.**

No SINAFLOR, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|------------------------------------|
| 1 | Apresentar relatório técnico fotográfico da execução e evolução do PTRF apresentado nos estudos. | 6 meses após o início do PTRF |
| 2 | Apresentar relatórios anuais comprovando o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários. | Pelo período de 5 anos |
| 3 | Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF | Um mês após a supressão. |
| 4 | Comunicar ao órgão ambiental qualquer alteração na execução do PTRF. | Durante a vigência da autorização. |
| ... | | |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Ignácio Jorge Nasser**
MASP: 1.198.192-5

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Luiz Alberto de Freitas Filho**
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 22/12/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor**, em 22/12/2025, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **129783917** e o código CRC **DD975F41**.